

# Encontro Nacional das Forças de Segurança e Forças Armadas

A Associação de Praças, em conjunto com a ANS e a AOFA reuniram em 6 de dezembro de 2017 e no passado dia 23 de janeiro com a ASPP/PSP—Associação Sindical dos Profissionais de Polícia e com a Associação dos Profissionais da Guarda/GNR (APG/GNR), para debater sobre a questão do descongelamento dos escalões e das posições remuneratórias, situação aventada após a reunião do governo com a FENPROF.



Após a reunião foi efetuada uma conferência de imprensa em que as estruturas representativas das associações presentes, lembraram o Governo, que quando foram efetuados os cortes nos vencimentos e o congelamento das posições remuneratórias e dos escalões, esses cortes foram efetuados na mesma altura para todos aqueles que trabalhavam na estrutura da Função Pública.

Agora, o que se pretende é que se há a possibilidade de haver setores da Função Pública onde serão descongelados os escalões e as posições remuneratórias, esse princípio deverá ser aplicado a todos os setores da FP.

Numa posterior reunião com estas estruturas, realizada em 8 de fevereiro, realizou-se um En-

contro Nacional dos Profissionais das Forças de Segurança e de Militares das Forças Armadas onde foi aprovado a entrega de uma moção ao Primeiro Ministro.

Após uma semana sem obtermos qualquer resposta, as estruturas incluídas neste processo emitiram uma Nota informativa, da qual demos conta aos nossos Associados através do Boletim de Notícias número 5 de 2 de março, onde se dava conta da falta de resposta por parte do governo.

Contudo, tem havido por parte do Ministério da Administração Interna uma “vontade” de reunir com as estruturas sindicais da PSP e da GNR para dar andamento ao preceituado no artigo 19º da Lei do Orçamento de Estado, o que não aconteceu, ainda, com o Ministério da Defesa Nacional o que pode configurar mais uma falta de respeito pelas leis em vigor.

Assim, foi decidido em reunião entre os sindicatos das forças de segurança e as APM's que em virtude de as reuniões com o Ministro da Administração Interna terem sido inconclusivas e com a ausência de resposta por parte do Ministro da Defesa Nacional, elaborar um documento a entregar ao mais alto magistrado na Pátria e Comandante Supremo das Forças Armadas sendo este o último passo que as organizações referidas darão antes de se partir para outras ações, que não desejamos mas que podemos ter que ser obrigados a levar a cabo na defesa intransigente dos nossos direitos e no cumprimento da Lei.

